ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

"E OS CABOCLOS FORAM SE ACABANDO": A (re)construção de sentidos do passado dos Caboclos da Vila de Guarany

AND THE CABOCLOS WERE RUNNING OUT": The (re)construction of meanings of the past of Guarany Village's Caboclos.

"Y LOS CABOCLOS SE FUERON ACABANDO": la (re)construcción de los significados del pasado de los Caboclos del Pueblo de Guarany

Marcos Felipe Vicente[1, 2]

RESUMO
A História Pública tem apresentado um esforço de construção de uma história com maior participação de seus públicos, desde seu entendimento como plateia, ao seu papel de sujeitos históricos. Utilizando a História oral como fundamento teórico-metodológico, este trabalho busca analisar a construção da memória dos descendentes dos Caboclos de Guarany no início do século XXI e a forma como representam seu passado ancestral e seu direito à terra, atribuindo sentidos ao passado e ao presente. Dessa maneira, a memória desses descendentes representa uma resistência ao interminável processo de

[1] Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade de Campina Grande (UFCG). Licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em Direito na Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: marcos.felipev@yahoo.com.br.
[2] Endereço de contato das autoras (por correio): Universidade Federal Fluminense (UFF). R. Miguel de Frias, 9 - Icaraí, Niterói – RJ.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

expropriação e, principalmente, ao esquecimento produzido pela sociedade, em processo de compartilhamento de autoridade sobre o que se produziu entre depoentes e pesquisador.

PALAVRAS-CHAVE: História Pública, Memória, Esquecimento, Identidades.

ABSTRACT

The Public History has shown an effort to build a history with greater participation of its public, since its understanding as an audience to its role as historical subjects. Using oral history as a theoretical-methodological foundation, this paper aims to the construction of the Caboclos of Guarany descendants' memory in the beginning of the 21st century and the way they represent their ancestral past and their right to the land, assigning meanings to past and present. In this way, the memory of these descendants represents a resistance to the endless process of expropriation and, mainly, to the oblivion produced by society, in process of sharing authority over what took place between deponents and researcher.

KEYWORDS: Public History, Memory, Oblivion, Identities.

RESUMEN

La historia pública ha demostrado esfuerzo para la construcción de una historia con una mayor participación de su público, desde su comprensión como audiencia, a su papel como sujetos históricos. Utilizando la historia oral como fundamento teórico y metodológico, este trabajo analiza la construcción de la memoria de los descendientes de los Caboclos de Guarany a principios del siglo XXI y cómo representan su pasado ancestral y su derecho a la tierra, dando sentido al pasado y al presente. De esta manera, la memoria de los descendientes es una resistencia al interminable proceso de expropiación y, en especial, para el olvido producido por la sociedad, en el proceso de compartir la autoridad sobre lo que se produjo entre participantes y investigador.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

Introdução

O desenvolvimento da História Pública no Brasil nos últimos anos vem tentando estimular um novo olhar no trato das questões históricas, especialmente naquelas relacionadas à memória e à História Oral, naquilo que envolve os usos do passado e a construção de sentidos para o presente. Sem desconsiderar as reflexões produzidas pela historiografia, principalmente a partir da segunda metade do século XX, sobre essas temáticas, a História Pública tenta inserir uma nova dimensão nessas reflexões, principalmente na relação entre o historiador e seus diferentes públicos.

Nos últimos anos, a preocupação dos historiadores em levar seus estudos ao conhecimento de um público mais amplo, situado fora dos espaços acadêmicos, tem levado à produção de diversas formas de comunicação, até recentemente, pouco utilizadas pelos historiadores. Aos poucos, espaços midiáticos como o rádio, a televisão, as redes sociais vão sendo recorrentemente preenchidos por comentaristas, voltados a uma análise dos processos históricos, para explicar determinadas situações do presente. Esse fenômeno criou, ou, pelo menos, alargou, um público interessado em melhor conhecer os fenômenos sócio-históricos, seja para problematizar ou legitimar seu presente.

Ao mesmo tempo, sem deixar de lado os procedimentos teórico-metodológicos específicos da atividade historiográfica, os historiadores têm buscado se aproximar dos públicos com os quais trabalham, principalmente na História Oral, compartilhando decisões acerca do que se está produzindo, de modo que o trabalho final é resultado de uma série de negociações entre o historiador e seus depoentes. Essa postura se aproxima de uma das dimensões de História Pública, apresentada por Santiago (2016), e que interesse a esse artigo, a de uma "história feita *com* o público".

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

Para essa dimensão de História Pública, uma noção que tem sido largamente considerada dentro dos estudos no campo é a de *autoridade compartilhada*, desenvolvida pelo historiador estadunidense Michael Frisch, enunciando que aquilo que se produz por meio da História Oral e da História Pública é fruto daquilo que os depoentes permitem ao historiador conhecer. Portanto, compartilham com estes a autoridade sobre a escrita e divulgação de suas memórias e a construção de uma história sobre suas histórias. Nesse caso, a perspectiva é a de que a autoridade sobre a história produzida é, por sua própria natureza, compartilhada entre as fontes (depoentes) e os historiadores, em oposição à ideia de que seria o historiador quem compartilharia essa autoridade com os depoentes. Segundo Frisch:

> *Sharing Authority [compartilhando autoridade]* sugere algo que nós é que fazemos ou deveríamos fazer – que "nós" temos a autoridade, e que nós devemos ou deveríamos dividi-la com os outros. Em oposição, A *Shared Authority [uma autoridade compartilhada]* sugere algo que é; que na natureza da história oral e da história pública nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores [..]. Assim, argumentei, somos convocados nem tanto para "compartilhar autoridade", mas para respeitar e atender a esta qualidade intrínseca. (FRISCH, 2016, p. 62)

Dentro dessa perspectiva de construção de uma história baseada na participação das pessoas comuns, muitas vezes deixadas em um silêncio imposto pelas forças de controle social, este trabalho busca perceber como descendentes indígenas da antiga vila de Guarany-CE, atual cidade de Pacajus, construíram e reconstruíram suas memórias e suas histórias, de modo que buscam atribuir um sentido à sua situação atual, a partir de um conflito de terras no início do século XX.

O diálogo com a História Pública situa-se na percepção de que os depoimentos orais partem de escolhas dos indivíduos em falar, e tal fala

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

comporta uma intencionalidade. Quando tais pessoas, simples e humildes, se propõem a falar de suas experiências têm o interesse de que essas memórias se tornem conhecidas, de que sua voz possa ser ouvida por outros e que seus antepassados sejam compreendidos dentro de uma lógica específica de sua realidade. Nesse sentido, tanto a produção, quanto a divulgação deste trabalho, dialoga com os pressupostos da História Pública.

A (re)construção de sentidos do passado dos Caboclos da Vila de Guarany

Entre 1908 e 1923, os descendentes dos índios Paiaku que habitavam a vila de Guarany se viram envolvidos em uma intensa disputa pela posse dessas terras. Essa querela, travada contra o padre Eduardo Nabuco Araripe, vigário da paróquia de Aquiraz, à qual a freguesia de Guarany estava subordinada, se arrastaria por mais de uma década e seria um evento que adquiriria relevo no cenário político local e mesmo estadual.[3]

Apesar das perseguições, prisões, incêndios e prejuízos provocados pelo padre, outro conflito, ocorrido alguns anos depois, deixou marcas mais significativas na memória dos descendentes dos Caboclos[4], como eram chamados aqueles descendentes indígenas. Curiosamente, enquanto a

[3]As perseguições promovidas por Padre Eduardo Araripe despertariam a atenção de seus opositores políticos e personalidades da Capital Fortaleza, como Antônio Bezerra de Menezes, que produziu um artigo na Revista do Instituto de Ceará defendendo o direitos dos Caboclos à terra, e ganhariam as páginas de jornais grande circulação na capital, como "A Republica" e "Jornal do Ceará". Cf: VICENTE, 2015.

[4] Embora o termo caboclo tenha sido amplamente utilizado de forma pejorativa, com o intuito de descaracterizar os indígenas de sua identidade, no contexto analisado, o termo assume um aspecto positivo e é utilizado pelos descendentes dos índios Paiaku para identificá-los dentro de um cenário específico, como forma de afirmação do direito pela terra. Esta tese está sendo desenvolvida, no momento de produção deste artigo, no Doutorado Interinstitucional em História da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Regional do Cariri. Dessa forma, utiliza-se neste trabalho, o termo em maiúscula, como forma de designação daquele grupo.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

documentação escrita, como jornais e documentos oficiais do Tribunal de Justiça, evidenciava o conflito com Eduardo Araripe, as entrevistas realizadas com moradores da cidade e descendentes dos índios Paiaku apontavam para outro conflito, e raras vezes as narrativas se cruzavam, para além da coincidência de alguns personagens, citados nos documentos e nas entrevistas.

A pesquisa que sustenta este trabalho foi realizada entre os anos de 2005 e 2008, como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em História, na Universidade Estadual do Ceará. Posteriormente, foi publicada no ano de 2015. No desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados diferentes tipos de fontes, como documentos oficiais, jornais e entrevistas, com o objetivo de elucidar as circunstâncias em que ocorreram os conflitos entre o padre Eduardo Araripe e os descendentes dos índios Paiaku da vila de Guarany. Em 2016, surgiu a ideia de retomar as entrevistas gravadas no período supracitado, com o objetivo de analisar a construção dessa memória, e os elementos que a compõem, na perspectiva da História Pública. As ideias presentes neste texto foram apresentadas, na forma de comunicação oral, no 3º Simpósio Internacional de História Pública, realizado de 28 a 30 de Novembro de 2016, na Universidade Regional do Cariri.

Embora a querela contra Eduardo Araripe tenha terminado em 1920, conforme consta na documentação do Tribunal de Justiça do Ceará, as afrontas aos direitos dos Caboclos não cessaram. As terras da antiga povoação de índios sempre despertaram interesses de particulares da vila, mesmo antes do embate com o vigário, como levam a crer alguns ofícios da Câmara da Vila de Guarany ao governo do Estado (GUARANY, 1902), e continuaram sendo motivo de disputas na região, mesmo após a decisão do Tribunal de Justiça.

Os registros escritos, no entanto, não aprofundavam os demais conflitos ou disputas ocorridos na Vila. Embora as fontes impressas possibilitassem uma

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

análise factual sobre os conflitos de Guarany, evidenciando alguns dos mecanismos de dominação impostos aos Caboclos, não permitiram compreender a abrangência dos fatos na vida dos perseguidos.

Na impossibilidade de se perceber as representações de mundo dos Caboclos a partir dos documentos escritos, recorreu-se à metodologia da História Oral, com o intuito de conhecer detalhes do conflito que não apareciam nos documentos oficiais. Essa opção permitiu uma verticalização da análise, a partir do conhecimento de algumas ações simbólicas e da construção de uma memória coletiva, pois:

> A memória é considerada, de acordo com a dimensão social que representa, uma realidade onde se mesclam o individual e o coletivo, possibilitando uma compreensão diferenciada daquela transmitida pela documentação tradicional. Além do mais, ela permite revelar aspectos ou espaços sociais outrora esquecidos ou relegados, fazendo brotar a lembrança dos que se consideravam excluídos do processo histórico. (JUCÁ, 2003, p. 16)

Partindo da análise dos depoimentos orais, foi possível perceber os descendentes dos índios Paiaku como um grupo social específico dentro daquele contexto. Foi a partir de análise de suas entrevistas que se percebeu que aqueles indivíduos se viam como Caboclos e não mais como índios. Mas era justamente a sua descendência indígena que caracterizava seu direito pela terra. Tendo negada sua identidade indígena pelas autoridades do século XIX, eles não a buscaram no século XX, mas assumiram a nova marca que lhes fora imposta. Antes de submissão e acomodação, a utilização dessa nova identidade significava resistência e sobrevivência. Segundo Almeida:

> [A documentação], analisada a partir da noção de cultura histórica, dinâmica e flexível, continuamente tecida no cotidiano das relações entre os agentes sociais em situações históricas concretas, permite questionar o dualismo entre índio aculturado e índio puro, e repensar as relações de contato na colônia, vendo-as também a partir dos

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

> interesses dos índios. As fontes revelam que os índios souberam transformar-se e reelaborar seus valores, culturas, interesses, objetivos e até identidades. (ALMEIDA, 2009, p. 29)

Foi buscando compreender essas formas de reelaboração de identidades que as entrevistas foram analisadas. Um dos elementos que chamam a atenção nos depoimentos é o modo como os entrevistados desenvolveram as narrativas, muitas vezes citando as próprias falas dos personagens envolvidos. Dessa forma, percebe-se que, mesmo não tendo os depoentes vivenciado o conflito diretamente e conhecendo-o apenas por testemunhos de seus pais e familiares mais antigos, há uma clara (re)construção de uma memória coletiva, que passaria a constituir parte do imaginário daqueles indivíduos.

As entrevistas realizadas com os descendentes dos Caboclos chamavam sempre a atenção para os outros conflitos, em especial, com a família Nogueira, influente politicamente e detentora de parte considerável de terras na região. A espontaneidade narrativa se focava, recorrentemente, nos conflitos com essa família, destacando alguns episódios onde ocorreram confrontos armados. Esses confrontos teriam ocorrido tanto de forma direta, como através de emboscadas.

No princípio, recorreu-se à História Oral como estratégia para conhecer o conflito com o padre Araripe, através da memória dos excluídos, dos marginalizados, em uma perspectiva em que a memória seria tomada em seu viés narrativo, buscando conhecer o que as fontes escritas não abordavam, na tentativa de completar as lacunas por elas deixadas. No entanto, foi bastante surpreendente a descoberta de que a maior parte dos depoimentos não tinha a questão contra o padre Araripe como foco principal. Em seu lugar, se descortinava um outro conflito, que parece ter deixado marcas mais profundas

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

na memória desse povo do que os onze anos de questão contra o vigário. Neste momento, busca-se uma análise da memória em seu aspecto simbólico, como construção social, capaz de dar sentido a uma realidade e a um grupo:

> A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suceptível de longas latências e de repentinas revitalizações [...]. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. (NORA, 1993, p. 9)

É importante destacar que as entrevistas realizadas para o desenvolvimento deste trabalho foram gravadas com pessoas que tinham algum grau de parentesco com os personagens envolvidos nos conflitos pelas terras, ou que foram, após a decisão do Tribunal de Justiça do Ceará, declarados detentores de enfiteuse das terras que foram objeto do litígio. Havia, como citado, a intenção de explorar fatos não evidenciados nos documentos através dos depoimentos, mas havia outras questões que perpassavam as narrativas dos depoentes. Como apontado por Ulpiano Menezes (1992: 11), "a memória enquanto processo subordinado à dinâmica social desautoriza, seja a ideia de construção no passado, seja a de uma função de almoxarifado do passado".

Silenciados pelo tempo, relegados a uma condição de esquecimento dentro da sociedade, os indivíduos que se dispuseram a falar parecem ter se manifestado de forma a preservar uma memória coletiva, destacando a diferença de poder entre as partes envolvidas e, principalmente, a fazer com que outras pessoas conhecessem suas histórias. Nesse sentido, o resultado das entrevistas, desde sua coleta à constituição do texto acadêmico, evidencia uma série de tensões e disputas a respeito dos usos do passado e de como as

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

pessoas interpretam e significam as histórias de seus antepassados. Ao rememorar as experiências do passado nas entrevistas com o pesquisador, os depoentes refletem e compreendem seu próprio passado, dão sentidos às suas experiências e lembranças:

> A narrativa histórica, construída a partir dos relatos, deve reunir explicação e compreensão. O trabalho da história pública – balizado pelos princípios da documentação, historicização e leitura – expressará múltiplas representações sociais. A construção da história pública por meio de narrativas orais, não tem a pretensão de constituição do passado. O mundo cultural é compartilhado e ressignificado pela narrativa histórica, que se traduz nas variações interpretativas do conhecimento temporal. (ALMEIDA, 2016, p. 55)

Esse esforço de sentido da memória se explica e se justifica ao se considerar que o discurso da história oficial acabou por reservar lugar de destaque ao padre Eduardo Araripe e seus aliados, tendo, muitos deles, seus nomes utilizados para batizar ruas na cidade de Pacajus. Aos Caboclos, pouco ou nenhum espaço foi reservado. Assim, a criação de estruturas de fala, através da narrativa oral, foi uma forma encontrada para manter viva a memória desses homens e mulheres marginalizados pelo tempo e pelos detentores do poder local, pois "a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais" (MENEZES, 1992, p. 22). Esse silêncio se justifica, em certa medida como parte de um discurso predominante desde o século XIX de negação da presença indígena na sociedade, o que levou a um gradativo processo de "caboclização" dos índios.

Parte do silêncio dos caboclos talvez seja justificada pela necessidade de não mais se indispor com outras pessoas ou grupos, após os conflitos do início do século XX. Embora se possa ser provado, pois as fontes não permitem

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

certeza nessa afirmação, é possível imaginar que os Caboclos despertaram, ao longo dos anos em que estiveram na peleja com o padre Eduardo Araripe, sentimentos de comoção, por uma parte da população, e de ódio, por outra. Antônio Bezerra, em um artigo publicado na Revista do Instituto do Ceará, chega a afirmar que "muito poucos são os que não os odeiam de morte, sem os conhecer nem ao menos de leve" (BEZERRA, 1916, p. 297). É possível que o sentimento de aversão aos povos indígenas tenha se estendido àqueles Caboclos, fazendo com que parte da população não fosse simpática à sua causa. Além disso, a decisão do Tribunal de Justiça em conferir-lhes o direito à terra, provavelmente, os indispôs contra aqueles que tinham interesse em expandir suas posses na região.

A análise da memória evidencia um olhar específico sobre os conflitos, que, na maioria das vezes, envolve emoções dos depoentes, ao mesmo tempo, em uma tentativa de construir uma narrativa que evidencie as perseguições sofridas por seus ascendentes e justifique os motivos de sua derrota, evidenciando o poder de seus algozes. Por exemplo, em conversa com o Sr. Antônio, disse que após a questão com o padre Araripe, os Caboclos entraram em conflito com a família Nogueira, conhecida pela posse de extensas propriedades e pela influência política na região. Essa influência política pode ser observada na ocupação de cargos públicos no legislativo municipal, como a presidência da Câmara Municipal de Guarany que, em 1902, estava ocupada por Joaquim Nogueira de Queiroz, membro desta família.

A tentativa de evidenciar o poder da família Nogueira também pode ser percebida na fala do Sr. Luiz, através da manifestação de uma visão bem específica sobre a atuação de Joaquim Nogueira, que excedia a esfera política e interferia diretamente na economia e no cotidiano da vila:

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

> Quem mandava aqui, até o finado Joaquim Nogueira morrer... quem mandava aqui na polícia de Pacajus era o velho Joaquim Nogueira. Por quê? Porque a polícia de Pacajus toda a vida... Você sabe que dinheiro de polícia sempre atrasa... Aí, quando atrasava, podia ir lá que passava um dinheiro pra eles. Aí, pronto, ele tinha o poder. Eles tinham poder, porque tinham mais dinheiro. Quem não tinha, ficava lá em baixo. (**Luiz**, descendente dos Caboclos, entrevista gravada no dia 26/06/2005, em sua residência, em Pacajus)

Ao mesmo tempo que destacava o poder econômico e político de Joaquim Nogueira, o senhor Luiz começou a falar dos conflitos ocorridos entre os Caboclos e a família Nogueira. Para ele, o que ocorreu foi uma perseguição sem motivos, pois a posse das terras pertencia aos Caboclos, desde tempos imemoriais, como se pode observar em sua fala:

> Quando eles começaram esse... essa questão, **antes veio caboclo**. E os adversários se chamavam Nogueira. Aí, **quando estes começaram a persegui-los**... Os caboclos... eles é quem tinham a légua de terra. Ou que fosse a légua ou que fosse um pedaço [...].Quando foi um dia, eles estavam lá pro outro lado, umas seis horas da tarde, quando eles foram cercados pelos jagunços dos Nogueira, mandados. Podia se dizer até que tinha um deles no meio também. Não eram só os mandados não. Eles estavam dentro de casa quando começou o tiroteio. Na hora que começou eles fecharam a porta. Começou o tiroteio e começou o tiroteio, e eles dentro de casa, e o tiroteio comendo de esmola. **Era só o puro rifle**. (**Luiz**, descendente dos Caboclos, entrevista gravada no dia 26/06/2005, em sua residência, em Pacajus)

Segundo os depoimentos, o impasse entre os Caboclos e a família Nogueira teria se agravado após a venda, em segredo, de uma parte das terras que cabiam ao grupo. Esta venda teria sido feita por seu chefe, ou representante, Daniel Pereira Gomes. Durante o período de disputas com o padre Eduardo Araripe, o chefe dos Caboclos, Romualdo da Silva Barata, entregara a representação dos mesmos a Daniel Pereira. Ao assumi-la, Daniel teria vendido uma parte das terras que, à época, ainda estavam sob

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

questionamentos, a membros da família Nogueira, conforme indicou o senhor Antônio:

> Aí, o velho Daniel foi e vende uma parte de terra aos Nogueira. Daniel era caboclo, tio da mamãe. O chefe da questão era ele. E antes desse tinha sido o Rimualdo chefe dos caboclos, mas ele desgostou-se com o padre e rebelou pro velho Daniel. (**Antônio**, descendente dos Caboclos, entrevista gravada no dia 09/03/2008, em sua residência, em Pacajus)

A venda teria se realizado em sigilo e o restante dos Caboclos não saberia do acontecido. Esse seria, possivelmente, um dos motivos de um novo confronto armado entre o grupo e a família, que teria sequelas graves para ambos os lados.

Aproximadamente dez anos depois da venda das terras, os Caboclos teriam ido brocar roçados nas terras do *Alto do Estrela*, região localizada na extrema da légua de terras demarcada, com terras pertencentes à própria família Nogueira. Essas terras do alto seriam as mesmas que teriam sido vendidas anos antes.

Por conta das rusgas e dos ataques ocorridos anteriormente e pela proximidade com as terras da família Nogueira, os Caboclos foram para a roça armados com um rifle, de propriedade do senhor Manoel, pai dos entrevistados Vital e Antônio. De acordo com os depoimentos, pareciam estar prevendo o pior, pois o dono do rifle não fora nesse dia, atendendo ao pedido de sua esposa em nome de seu filho Antônio, recém-nascido naquele período.

Aqui, em relação às narrativas construídas pelos entrevistados, há um recorrente apelo à necessidade de destacar o poder e a influência dos adversários. Esse poder se manifestava desde as alianças construídas com as autoridades policiais, como citou o senhor Luiz, até a posse de quatro ou cinco

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

rifles *Winchester*, conhecidos como rifles de papo-amarelo, em oposição às "espingardas de agulha" possuídas pelos Caboclos.

O poder de destruição conferido pelos rifles se observa em diversas falas dos depoentes conforme se pode observar a seguir:

> O finado Chico Batista [...] disse: "Compadre Manel, me desculpe, mas o que faz uma espingarda de agulha no meio de cinco rifles? Que era dos Nogueira... "Não compadre Manel, eu tenho um rifle". E foi buscar o rifle... Chegou lá, ele mostrou o rifle: "Não Manel, pode ficar em casa. Eu mato os que vier." Aí foi pra casa. (**Antônio**, descendente dos Caboclos, entrevista gravada no dia 09/03/2008, em sua residência, em Pacajus)

A mesma referência ao poder de fogo dos rifles pode ser observada na fala do senhor Luiz, ao relatar o ataque, já citado anteriormente, em que alguns Caboclos foram surpreendidos com uma série de tiros em sua própria casa. Nas suas próprias palavras "era só o puro rifle". A insistência em destacar o poder de fogo com o qual contava a família Nogueira é reveladora da sua condição de oprimido. Simboliza uma tentativa, talvez, de justificar sua incapacidade de competir como iguais.

Chegando ao conhecimento de alguns membros da família Nogueira que os Caboclos estavam preparando terras para plantar seus roçados em áreas que julgavam pertencer a sua família, foram ao seu encontro com o claro objetivo de expulsá-los através do uso da força. Segundo relata o senhor Luiz, eles saíram oferecendo panelada[5] de Caboclo: "E saíram daqui pra lá, sabendo que os Caboclos tavam brocando o roçado. E saíram oferecendo panelada de Caboclo... quem queria comprar... 'Quem quer comprar panelada?' Aí, foram..." (**Luiz**, descendente dos Caboclos, entrevista gravada no dia 26/06/2005, em sua residência, em Pacajus).

[5] Panelada é uma comida típica do Nordeste, feita com vísceras de boi, especialmente tripas e bucho.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

Por volta do meio dia, teria chegado o, ainda menino, Manoel, futuro pai de Luiz, levando o almoço dos trabalhadores. Segundo os relatos, mais ou menos naquele horário também chegariam membros da família Nogueira com seus capangas, entre eles, um negro a quem chamavam de Gordura.

Inicialmente, teria havido uma discussão sobre a propriedade das terras, que resultaria em uma briga com foices e tiros. Desse conflito resultaram duas mortes, além de vários feridos. Morreram, no confronto, Manoel Bento, avô de Luiz, e o capanga Gordura, que teria vindo do sertão ganhando a quantia de quinhentos mil-reis. O episódio foi narrado pelo senhor Luiz, baseado no que ouvira de seu pai Manoel, como pode ser observado em seguida:

> Quando papai saiu mais o tio, quando deu uma certa distância e papai se virou só ouviu foi o papoco! Pah! O tio dele, que era tio do meu pai... Quando ele atirou, pegou nessa perna aqui, na perna direita. Atingiu os nervos... Quando ia chover, papai sentia dor de todo tamanho... atingiu os nervos, né? Ai, o Manoel Bento que vinha com eles, atirou na fumaça... esse negro Gordura... levou azar. Atirou na fumaça e ainda deu certo de pegar no peito dele, né? No coração. E morreu. Morreu o meu avô, e morreu esse negro Gordura. (**Luiz**, descendente dos Caboclos, entrevista gravada no dia 26/06/2005, em sua residência, em Pacajus)

Entre os feridos, dois levaram as marcas até o fim da vida. O Caboclo Manoel, garoto ainda, e um membro da família Nogueira. O primeiro, ao levar um tiro na perna, sofreu uma lesão grave e nunca recuperou totalmente o movimento da perna, mancando pelo resto de sua vida. O segundo, tendo levado um golpe de foice, ficou com uma cicatriz na face.

Após esse confronto, Manoel Bento e seu sobrinho Manoel – um menino de apenas 13 anos – foram presos e cumpririam pena em Aquiraz, conforme aponta o senhor Luiz:

> Nessa questão, da broca do roçado, que houve essas duas mortes, aí, eles foram cumprir sentença na prisão, né? Porque esse Manoel Bento

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

> [...] era tio do meu pai... Então, ele matou o Gordura... E o que matou o meu avô... Eu não sei dizer qual foi deles... Qual foi deles que matou... Sei que o negro Gordura é quem tava com o rifle. Mas parece que eles tinham quatro rifles do lado deles. [...] Aí, quando houve essas duas mortes lá... o papai foi cumprir pena no Aquiraz. (**Luiz**, descendente dos Caboclos, entrevista gravada no dia 26/06/2005, em sua residência, em Pacajus)

O fim desse conflito pareceu marcar também o fim da identidade desse grupo. É como se, uma vez terminados os conflitos, com vitórias e/ou derrotas, não haveria mais por que se organizar. Cessam as narrativas dos Caboclos, e sobre eles, a partir de então, e esses indivíduos tornam-se "apenas pessoas", trabalhadores rurais como quaisquer outros da vila. O depoimento do senhor Antônio explicita a ideia de que o tempo provocara o desaparecimento dos Caboclos de Guarany:

> Aí, foi preso, Manoel Bento, [e o menino Manoel], [...] E eles não foram preso. Eram ricos, né? E eram da parte do padre, né? Depois eles vieram fazer fogo aqui na casa do Manoel Bento. Depois de toda questão acabada eles vieram fazer fogo aqui. Aí, saiu baleado só o finado Augusto. Aí, ficou a questão, acabou-se [...]. Aí, ficou rodando, rodando, rodando. **E os caboclos foram se acabando**. (**Antônio**, descendente dos Caboclos, entrevista gravada no dia 09/03/2008, em sua residência, em Pacajus)

É marcante perceber que o sentimento de identidade apresentado pelos depoentes só existe no campo da memória. Não há um desejo, pelo menos evidente, de afirmação identitária nos primeiros anos do século XXI, quando foram gravadas as entrevistas. Por outro lado, percebe-se, nitidamente, o desejo de manter a memória viva e fazer com que as pessoas conheçam a história dos Caboclos de Guarany. Obviamente, são motivações próprias e específicas que justificam esse fato, uma vez que passado e presente dialogam incessantemente na produção da memória, apresentando-se como um

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

importante problema de pesquisa no campo da História, especialmente da História Pública. Frisch argumenta que:

> Nesse sentido, encontramos em entrevistas de história oral, embora implicitamente, diálogos ativos sobre o significado e o lugar da história no presente, sobre o que é que importa na compreensão e no aproveitamento do passado. Uma história pública que faça esse diálogo ser central e indispensável é, a meu ver, uma história pública que tem a capacidade de transcender as restrições de dicotomias como produção/consumo, historiador/plateia, pesquisa/produto. (FRISCH, 2016: 60)

Ao que parece, tal memória é, hoje, a única coisa capaz de identificar aqueles que ainda se reconhecem como Caboclos ou seus descendentes. Há, pela fala de alguns, um notório interesse em preservar tal memória, que já fora repetida diversas vezes, em diversas situações, tornando-se uma narrativa quase automática, o que é comum em grupos que, de alguma forma, tentam se firmar na sociedade:

> Assim, os depoimentos dos membros de grupo que construíram, no decorrer dos anos, com ou sem a ajuda de um suporte associativo, uma memória como história própria, têm uma coerência e uma estruturação rígidas, que demandam uma grande vigilância se quisermos superar seu aspecto reconstruído e estereotipado. Consciente de ter uma mensagem a comunicar, a testemunha fala apropriando-se do passado do grupo; ela seleciona as lembranças de modo a minimizar os choques, as tensões e os conflitos internos da organização, diminuindo a importância dos oponentes ou então aumentando-a até a caricatura para justificar, por exemplo, afastamentos, partidas e exclusões. (VOLDMAN, 2006: 40)

No entanto, os depoentes não pretendem afirmar um grupo social na atualidade, mas demonstram o interesse em preservar a memória de seus antepassados, de forma que seus esforços e experiências de lutas não sejam esquecidos pelas gerações vindouras.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

Também é possível perceber os sentimentos que perpassavam as narrativas dos entrevistados, provocando alterações de tons e ritmos de falas. No início da entrevista com o senhor Luiz, por exemplo, até o momento em que realmente ele começa a falar sobre o conflito, sua voz se apresentava em um tom informal, despreocupado. A partir daquele momento, o tom de voz mudou, passou a ser mais carregado, como se aquelas palavras lhe trouxessem um peso à tona. O que também poderia ser apenas um esforço para lembrar-se com exatidão das histórias do pai. Apesar disso, percebe-se ainda, certa emoção em alguns momentos de sua fala, em geral, quando envolvem seus familiares diretos, como pais ou irmãos, ou algum momento de notável risco ou pressão:

> Teve muitas noites que eles dormiram nas matas. Até aqui no alto, chamado alto do campo. Fica aqui extremando com que hoje em dia chama Cajubrás, ou Jandaia. Eles ficavam lá pra não morrer. Quando você vai dormir escondido, por que é? Pra não morrer! Eles estavam fugindo pra não morrer. (**Luiz**, descendente dos Caboclos, entrevista gravada no dia 26/06/2005, em sua residência, em Pacajus)

Embora não seja possível perceber na transcrição, houve um momento de comoção por parte do entrevistado, como se, de alguma forma, retornasse uma série de lembranças que, mesmo não tendo sido vividas por ele, compõem parte dela, pois foram incorporadas por ele, como algo próprio, não de si mesmo, mas do grupo. Ele partilhava, de fato, as memórias do grupo como se elas fossem suas, vividas pessoalmente.

Obviamente, a narrativa proveniente dessa memória coletiva sofreu diversas alterações ao longo do tempo, sendo reinventada e modificada segundo os interesses dos Caboclos. Ela tende, pois, a adquirir uma conotação heroica, transformando seus membros envolvidos nos conflitos em mártires de seu povo. Símbolos que não devem ser esquecidos. Por outro lado, essa narrativa se apresenta, de certo modo, como os antigos mitos, situados de

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

forma atemporal, sem vínculos com outras situações ou instituições. Seriam como se os fatos tivessem acontecidos em um tempo imemorial, deixando como saldo, apenas as lembranças da opressão e das perdas sofridas, como os entes queridos. Segundo Menezes, isso ocorreria porque a memória coletiva "é da ordem da vivência, do mito e não busca coerência, unificação. Várias memórias podem coexistir, relacionando-se de múltiplas formas" (1992: 15).

Tal situação se manifesta nos relatos de eventos que, mesmo não podendo ter comprovada sua veracidade, caso tenham de fato ocorrido, não poderia tê-lo sido naquele mesmo período, não os distinguindo, porém, nas narrativas dos depoentes. Tal manifestação se observa no depoimento do senhor Vital, ao citar uma demarcação de terras dos Caboclos, ordenada pela Princesa Isabel:

> Os poderosos se apoderaram das terras todinhas. Então, a Princesa Isabel, quando Dom Pedro II adoeceu, e foi pra Portugal se tratar, ficou mandando. [...] Então, a princesa Isabel mandou dizer... Nesse tempo era o Dr. Sebastião do Aquiraz... Que os brancos tinham tomado as terras dos índios. Então Dr. Sebastião se valeu na Princesa Isabel, que era filha de D. Pedro II, e demarcou as terras pros índios. Uma légua de terra, mas uma légua de terra assim: manda bater caminhos, os aceiros, montado num cavalo, com um relógio na mão. Quando desse uma hora, era uma légua de terra. Essa légua de terra ia até o Cajueiro da Malhada. (**Vital**, descendente dos Caboclos, entrevista gravada no dia 04/06/2005, em sua residência, em Pacajus)

Outro ponto interessante a ser destacado é que, dentro do discurso, o método de demarcação da légua de terras serviu, ao mesmo tempo, como justificativa da presença dos Caboclos nas terras de Guarany, de forma que a própria princesa teria ordenado a demarcação das terras, e de parâmetro para denunciar a gradativa expropriação pela qual eles vinham passando, tendo as terras demarcadas pelo Estado após o incidente com o vigário Araripe suas

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

dimensões reduzidas, e não mais chegariam ate os limites apresentados na narrativa.

E mesmo assim, em diversos momentos, essas narrativas cantam as vitórias do grupo, mesmo sob toda a adversidade. A fé aparece, então, como instrumento de conquistas, fazendo da vontade e da piedade divina uma forma de vitória e um mecanismo de escape das violências sofridas no cotidiano. Como exemplo, pode-se citar o culto à Nossa Senhora da Conceição, padroeira da paróquia de Guarany, de quem os Caboclos eram devotos. A fé católica, imposta pelos colonizadores aos nativos, fora ressignificada pelos índios, ao longo dos séculos XVIII e XIX, e apropriada pelos Caboclos no contexto dos conflitos na vila de Guarany. Mesmo estando o padre Eduardo Araripe reivindicando as terras em favor do patrimônio de Nossa Senhora, foi na devoção a ela que os Caboclos se agarraram para mantê-las.

Uma evidência da fé dedicada a Nossa Senhora da Conceição está no fato de que os caboclos fizeram uma promessa à santa, de mandar fazer uma imagem para colocar na igreja, caso garantissem a manutenção da légua de terra. Esse fato é evidenciado no depoimento do senhor Vital:

> Os caboclos fizeram uma promessa que, se ganhassem a questão das terras, mandavam trazer uma Nossa Senhora da Conceição de Portugal, pra botar na Igreja. **Quando foi no tempo, eles ganharam**. Todos os caboclos se juntaram pra mandar trazer Nossa Senhora da Conceição de Portugal. Depois Padre Eduardo quando chegou aqui (...), uns diziam que a terra era dos caboclos, outros diziam que a terra era de N. Senhora. (...) E nessa questão passou mais de vinte anos. Os caboclos fizeram uma promessa que, se ganhassem a questão, mandavam fazer uma coroa pra Nossa Senhora. **Aí ganharam a questão**. (**Vital**, descendente dos Caboclos, entrevista gravada no dia 04/06/2005, em sua residência, em Pacajus)

Aqui, é importante perceber como o depoente associa o sucesso das disputas às promessas feitas à Nossa Senhora da Conceição. Construíam-se, na

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

esfera do metafísico, outras possibilidades de disputas contra indivíduos claramente mais poderosos, mas prevalecia a ideia de que a justiça divina é perfeita e não falha.

Em outras situações narradas, a fé aparece como responsável por parte dessas vitórias, justificando coisas que só poderiam ser encaradas como milagres, por parte daqueles indivíduos. A disparidade de forças seria um dos fatores que justificaria essa intervenção divina, como no caso, já citado, do ataque à casa de alguns Caboclos: "Tinha uma senhora de nome Maria do Carmo, que tava lendo as orações dela, quando uma bala atravessou a parede e ficou dentro de uma quartinha perto das costas dela. Ficou dentro da quartinha a bala. E continuou o tiroteio..." (**Luiz**, descendente dos Caboclos, entrevista gravada no dia 26/06/2005, em sua residência, em Pacajus).

Considerações Finais

Por fim, a memória dos conflitos pelas terras da vila de Guarany foi, durante muito tempo, para esses Caboclos, sua própria condição de existência. Foi a preservação dessa memória entre o grupo, uma espécie de tesouro particular, embora de acesso livre a quem tenha curiosidade de conhecer, que permitiu sua distinção entre o restante da população. Foi a preservação e divulgação dessa memória que manteve o elo entre esses indivíduos, de caminhos tão diferentes, mas portadores de um passado histórico comum.

A crise da memória, no entanto, é algo que parece ameaçar a existência desses indivíduos. Cada vez menos se conhecem suas histórias. Os indivíduos mais velhos, considerados "guardiões" dessa memória, estão morrendo ou já não têm mais plenas condições de rememoração. A velocidade e o imediatismo do mundo atual colocam a memória em risco e mesmo o processo de constituí-

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

la em história poderá fazê-la desaparecer, se daí desaparecerem seus aspectos ritualísticos e inventivos. No entanto, conforme apontado por Etienne François (2006), refletindo sobre a importância da história oral na década de 1990, é justamente na possibilidade de empoderamento dos sujeitos silenciados da história que os historiadores parecem encontrar seu lugar e seu papel social. A autoridade sobre essas memórias, compartilhada pelos depoentes com os historiadores, a fim de produzir uma história para esses indivíduos, coloca a História Pública em uma posição de engajamento social, não restringindo-se à produção de um conhecimento estático, meramente acadêmico. Fazer com que os sujeitos dessas histórias e dessas memórias sejam ouvidos é contribuir para a preservação de suas existências e uma forma de fazer com que a violência a que foram submetidos não seja esquecida e reproduzida. Dessa forma, a participação efetiva dos públicos da História é uma possibilidade de construção de sentidos do passado e do presente dos Caboclos da vila de Guarany e de seus descendentes.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs). **História Pública no Brasil***:* sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. pp.47-55.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel (Orgs). **Ensino de história:** conceitos, temática e metodologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. pp. 27-37.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p392

BEZERRA, Antônio. "Os Caboclos de Montemor". In.: **Revista do Instituto do Ceará.** Tomo XXX, Fortaleza, 1916. pp. 279-302.

FRANÇOIS. Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). **Usos & Abusos da História Oral.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 3-13.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de *A Shared Authority* à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs). **História Pública no Brasil:** sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. pp. 57-69.

GUARANY, Câmara Municipal. **Ofícios expedidos ao Governo do Estado**. 29 de Dezembro de 1902. Arquivo Público do Estado do Ceará, Fundo Câmaras Municipais, Cx 45.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

MENEZES, Ulpiano. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP**, São Paulo, v. 34, 1992, p. 9-24.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História,** São Paulo, nº 10, Dez/1993, pp. 7-28.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In.: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs). **História Pública no Brasil***:* sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. pp.23-35.

VICENTE, Marcos Felipe. **Os Caboclos da Vila de Guarany***:* história e memória das lutas pela terra. Fortaleza: Din.CE, 2015.